



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

LEI ORDINÁRIA Nº 4211/2002

Ementa

ACRESCENTA DOIS PARÁGRAFOS AO ARTIGO 7º DA LEI 3.723 DE 19 DE MAIO DE 1.999, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A COMPRAR IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO SEPREV - SERVIÇO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE INDAIATUBA.

Data da Norma

Data de Publicação

Veículo de Publicação

17/06/2002

Status de Vigência

Em vigor



Prefeitura Municipal de Indaiatuba

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº. 4.211 DE 17 DE JUNHO DE 2002

Aut. Nº	107/01
P.L. Nº	91/02
Publ.:	28.06.02

"Acrescenta dois parágrafos ao artigo 7º da Lei 3.723 de 19 de maio de 1.999, que autoriza o Poder Executivo a comprar imóveis de propriedade do SEPREV - Serviço de Previdência e Assistência Social dos Funcionários Municipais de Indaiatuba."

REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - O artigo 7º da Lei 3.723 de 19 de maio de 1.999, que autoriza o Poder Executivo a comprar imóveis de propriedade do SEPREV - Serviço de Previdência e Assistência Social dos Funcionários Municipais de Indaiatuba fica acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 7º -

"§ 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, a título de cláusula contratual de garantia, até a liquidação do preço dos imóveis de que trata esta lei, os saldos bancários de contas próprias para o depósito de recursos decorrentes de arrecadação de taxas, tarifas e preços públicos, em garantia do pagamento do preço dos imóveis de que trata esta lei, mediante aditamento do compromisso de compra e venda de que trata esta lei, e autorização do Prefeito e do Secretário Municipal da Fazenda para os estabelecimentos de crédito locais procederem o débito em conta, em favor do SEPREV.

"§ 4º - A garantia de que trata o parágrafo anterior só poderá ser utilizada quando:

"I - ocorrer atraso no pagamento das parcelas ajustadas para a liquidação do preço do imóvel; e



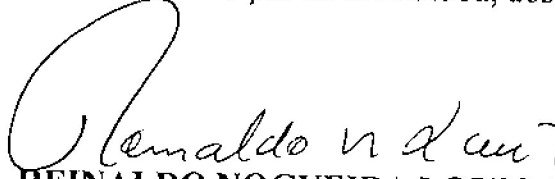
Prefeitura Municipal de Indaiatuba

ESTADO DE SÃO PAULO

“II – depois que todos os imóveis hipotecados em favor do SEPREV tiverem sido levados a execução, no caso de não haver interesse na adjudicação dos mesmos, mediante prévia avaliação, e a soma de seus valores for insuficiente para a cobertura das parcelas devidas, em atraso.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba, aos 17 de junho de 2002.


REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL